

**Tião Viana
elogia acordo
para ligar Brasil
ao Pacífico**

Página 6

**Simon defende
apoio a Lula, mas
quer PMDB fora
do governo**

Página 7

**Aelton e Crivella
aplaudem posse
de José Alencar
na Defesa**

Página 7

Conselho teme que estrangeiro domine 95% da TV por assinatura

Possível fusão das empresas Sky e DirecTV é discutida pelo Conselho de Comunicação. Representante dos jornalistas aponta risco ao país



ANÁLISE José Paulo Cavalcanti (C) preside reunião do conselho, órgão auxiliar do Congresso Nacional

O relatório do representante dos jornalistas, Daniel Herz, afirma que a operação representa risco ao país, pois poderá permitir o controle de 95% do mercado por grupos estrangeiros. Herz sugere que o conselho aprofunde as discussões com vistas a propor ao Congresso as bases de "uma adequada regulamentação do serviço". O texto de Herz não é definitivo, mas indica predisposição dos conselheiros contra a fusão das empresas.

Página 4



INTERESSE Estande do Senado atrai grande número de pessoas nos lançamentos

**Paim, Serys e Zambiasi autografam
livros na 50ª Feira de Porto Alegre**

Conselho Editorial do Senado lança livros raros, além das publicações *Brasileiras célebres* e *Cumplicidade*.

Página 8

Acordo pode garantir votações em Plenário

Três medidas provisórias trancam a pauta. Somente depois que forem votadas, o Plenário poderá examinar outros projetos

Página 3



AGENDA No Plenário, ontem, Sarney (E) conversou com Heráclito Fortes, Simon e José Jorge

Audiência debate hoje projeto de parcerias público-privadas

Página 3



PROTEÇÃO Patrícia vai detalhar a Carol Bellamy as conclusões da CPMI da Exploração Sexual

Diretora do Unicef reúne-se com Patrícia e Fátima Cleide

As senadoras Patrícia Saboya (PPS-CE) e Fátima Cleide (PT-RO), além de outros parlamentares que participaram da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Exploração Sexual vão reunir-se hoje, às 11h45, com Carol Bellamy, diretora-executiva do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). O principal motivo do encontro, que ocorrerá na Biblioteca Acadêmica Luiz Vianna Filho, será repassar à diretora as conclusões a que chegou a comissão.

Como é integrante do Comitê de Coordenação da Rede Internacional de Mulheres Parlamentares em Defesa da Infância e da Adolescência, Patrícia Saboya também vai detalhar, durante a reunião, os objetivos da rede, entre eles o de monitorar o cumprimento dos preceitos da Convenção dos Direitos da Criança.

Carol Bellamy, que ocupa esse cargo no Unicef desde 1995, se dedica à luta pela proteção das crianças contra a violência e à defesa para que todos os países possuam programas de desenvolvimento infantil.

Agenda

Plenário pode votar MPs

Duas medidas provisórias e um projeto de conversão trancam a pauta de votações do Plenário, que realiza sessão hoje, às 14h30. As medidas autorizam o governo a repassar R\$ 900 milhões aos estados

e municípios para que eles incentivem as exportações (MPs 193 e 194/04). O projeto de conversão determina que os televisores possam dispositivos para bloquear a programação (PLVS 45/05).



Presidente da Abert visita Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, tem audiência hoje, às 11h, com a direção do Fórum Nacional

de Juizados Especiais e, às 12h30, com o presidente da Associação Brasileira de Radiodifusão (Abert),

João Carlos Saad, acompanhado dos presidentes do SBT, da Record e da Rede TV.



Balanço da Aneel em reunião conjunta

As Comissões de Infra-Estrutura (CI) e de Fiscalização e Controle (CFC) realizam reunião conjunta às 11h para ouvir o diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel),

José Mário Miranda Abdo, que faz um balanço dos sete anos de sua gestão. Na segunda parte da reunião, os parlamentares votam requerimentos solicitando audiências públicas.

CAE discute parcerias público-privadas

O projeto que regulamenta as parcerias público-privadas (PPPs) é o tema da reunião de hoje da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), às 10h. O economista Raul Velloso, o

representante da Associação de Aposentados do Banco do Brasil José Adrião de Sousa e o secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, participam da discussão. A Subcomissão

Temporária da Liquidação de Instituições Financeiras ouve às 17h o ex-presidente do Banco Econômico Ângelo Calmon de Sá e o liquidante da instituição, Natalício Pegorini.

Educação recebe atores e produtores de teatro

Os atores Tônia Carrero, Giulia Gam, Maria Padilha, Louise Cardoso, Antônio Pedro, Rosamaria Murtinho, além dos produtores teatrais Eduardo Barata e Norma Thiré participam da reunião da Comissão de Educação

(CE), às 10h. Eles vão entregar um documento com propostas para mudanças da Lei Rouanet. Na segunda parte da reunião, os senadores votam propostas, como a que regulamenta os crimes de informática



CPI ouve diretora do Unicef

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Exploração Sexual ouve hoje, às 11h45, a diretora-executiva do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Carol Bellamy. Às 15h, a Comissão Especial do Ano da Mulher realiza videoconferência no auditório do Interlegis para analisar a participação feminina nas eleições municipais deste ano.

Ancinav em discussão

A Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação, grupo de trabalho do Conselho de Comunicação Social, reúne-se hoje, às 12h, para retomar a discussão do projeto que prevê a criação do Conselho do Cinema e do Audiovisual e da Agência Nacional de Cinema e do Audiovisual (Ancinav).

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



PRESEÇA A deputada federal Jandira Feghali é uma das convidadas à videoconferência

Desempenho feminino nas eleições é tema de debate

A Comissão do Ano da Mulher, presidida pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), realiza hoje, às 15h, no auditório do Interlegis, a segunda videoconferência "Lugar de Mulher é na Política". O tema central será a participação das mulheres nas eleições municipais realizadas no mês passado e a análise do crescimento ou não do número de eleitoras e de mulheres no quadro político.

Além de Serys, estão confirmadas as presenças das deputadas federais Jandira Feghali (PCdoB-RJ) e Iara Bernardi (PT-SP), da secretária especial de Políticas para as Mulheres do governo federal, Nilcéa Freire; da diretora do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB), Lúcia Avelar; e da assessora técnica do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea), Giane Bosseli.

Parlamentar dos EUA fala sobre desigualdades

A mulher negra que ocupa há mais tempo uma cadeira na Casa dos Representantes do Congresso Federal dos Estados Unidos (EUA) – o equivalente à Câmara dos Deputados brasileira –, Cardiss Collins, fará conferência hoje, às 15h, sobre o tema "Ações afirmativas e superação das desigualdades".

O debate, promovido pelo vice-presidente da Casa, senador Paulo Paim (PT-RS), e pela embaixada americana, será no plenário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado.

Representante do estado de Illinois, Cardiss foi eleita para preencher a vaga aberta pela morte de seu marido, George Collins, em 1973.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Secretário do Tesouro fala em audiência sobre as PPPs

Sem acordo para abreviar o número de audiências públicas sobre o projeto de lei das parcerias público-privadas (PLC 10/04), a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se hoje, a partir das 10h, para ouvir mais quatro depoentes da lista de dez nomes aprovados pelos senadores.

Na audiência de hoje estão confirmados o secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, o subsecretário de assuntos internacionais da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais, Luiz Antonio Athayde, o economista Raul Velloso e o representante da Associação de Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil, José Adrião de Sousa. Estes dois últimos atendem o requerimento do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), que tem sido um dos principais críticos ao projeto do Executivo.

A última reunião da CAE para

esclarecer aspectos das PPPs, com o chefe da assessoria econômica do Ministério do Planejamento, Demian Fiocca, e o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, Paulo Safady Simão, serviu para avançar nos entendimentos entre oposição e governo em relação à fixação de um limite para a participação dos fundos de pensão estatais e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Os líderes do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), e no Congresso, Fernando Bezerra (PTB-RN), apoiaram a proposta de limitar os recursos dos fundos estatais e do BNDES.

Se todos os requerimentos aprovados forem atendidos, a CAE deverá ouvir ainda mais seis depoentes antes de o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) concluir a terceira versão do seu relatório.



REALIZAÇÕES Comissões de Serviços de Infra-Estrutura (CI) e de Fiscalização e Controle (CFC) realizam audiência conjunta para ouvir dirigente da agência

Diretor da Aneel fará balanço de sua gestão

O diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), José Mário Abdo, fará exposição hoje em reunião conjunta das Comissões de Serviços de Infra-Estrutura (CI) e de Fiscalização e Controle (CFC) sobre as realizações dos sete anos de sua gestão à frente do órgão. O requerimento é do senador José Jorge (PFL-PE), que preside a CI.

Em seguida, deve ser votada solicitação do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) para audiência pública com o objetivo de debater mecanismos que tornem as contas telefônicas mais transparentes e para tratar das denúncias sobre erros nas contas.

Outros dois requerimentos

deverão ser votados pelos integrantes da CI, também com o propósito de convidar autoridades para esclarecer assuntos referentes a suas atividades na administração pública. O senador Pedro Simon (PMDB-RS) pede a presença da ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, para esclarecer questões relativas a leilão de campos petrolíferos.

O ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, e a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, também podem ser convocados para exporem programas de suas pastas na área de impacto ambiental e sobre a revitalização do São Francisco. O requerimento é de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).



NEGOCIAÇÃO Senadores decidem hoje se votam as medidas provisórias que trancam a pauta do Plenário

Compensação a estados é o primeiro item da pauta

Somente após a votação de três MPs é que outras matérias poderão ser analisadas pelo Plenário

Apesar de o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), ter manifestado a expectativa, na semana passada, de um acordo para assegurar a desobstrução da pauta, o líder do PFL, José Agripino (RN), afirmou que a oposição não votará nenhuma matéria sem uma “discussão aprofundada”. A medida provisória (MP 193/04) que eleva a compensação financeira da União pelas perdas de arrecadação de estados, do Distrito Federal e dos municípios, decorrentes da reforma tributária, é o primeiro item da pauta da sessão plenária de hoje. O parecer elaborado pela relatora, senadora Roseana Sarney (PFL-MA), já foi apresentado ao Plenário.

A reforma tributária desone-

rou do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) os produtos primários e semi-elaborados destinados a exportação. A compensação por essas perdas poderá ser elevada de R\$ 3,4 bilhões para R\$ 4,3 bilhões.

Duas outras medidas provisórias poderão ser apreciadas hoje. A MP 194/04, que abre crédito extraordinário de R\$ 900 milhões para garantir a ampliação da compensação aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios – estabelecida pela MP 193/04. E a MP 195/04, que regulamenta a obrigatoriedade de os novos aparelhos de televisão conterem dispositivo para bloqueio temporário da recepção de programação considerada inadequada. Esta MP será analisada já como projeto de lei de conversão (PLV 45/04).

Somente após a votação das três matérias é que os senadores poderão começar a analisar os demais itens da pauta. Entre eles encontra-se o Projeto de

Lei Complementar 130/03, de autoria do senador João Capiberibe (PSB-AP), que determina a divulgação, pela Internet, de informações pormenorizadas a respeito da execução orçamentária e financeira da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios; e o projeto de lei da Câmara (PLC 58/04) que autoriza o Executivo a criar a Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás).

China

Na sexta-feira (12), a partir das 16h, será recebido em sessão solene do Congresso o presidente da China, Hu Jintao. Durante a sessão, que ocorrerá no Plenário do Senado, ele fará um pronunciamento sobre o atual estágio das relações entre a China e o Brasil.

Hu Jintao será recebido às 15h15 pelo presidente do Senado, José Sarney, e depois pelo presidente da Câmara, João Paulo Cunha. Em seguida, participará da sessão solene no Plenário do Senado.

Subcomissão ouve ex-dono do Econômico

Na segunda audiência pública, a Subcomissão Temporária da Liquidação de Instituições Financeiras ouvirá hoje, a partir das 17h, o ex-presidente do Banco Econômico Ângelo Calmon de Sá, que foi ministro da Indústria e do Comércio no governo Ernesto Geisel, e o liquidante da instituição, Natalício Pegorini. Eles deverão falar sobre a intervenção do Banco Central (BC) no Econômico, decretada em agosto de 1995, depois de um rombo identificado na época de R\$ 3 bilhões.

A subcomissão realizou a sua primeira audiência em outubro para avaliar a situação da intervenção no Banco Mercantil S.A. de Pernambuco, também decretada em 1995. O ex-presidente da instituição, Armando Monteiro Filho, disse que em novembro de 2002 a diretoria do BC aprovou a proposta de suspender a liquidação do banco, que hoje apresenta resultado positivo.

O liquidante do Mercantil, Nilvan Vasconcelos, informou que a instituição saiu de um patrimônio líquido negativo

de R\$ 109 milhões e chegou ao ativo atual de R\$ 828,6 milhões. Segundo Monteiro, o BC aplicou R\$ 530,1 milhões de recursos do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer) para recuperar o Mercantil.

Três novas audiências já estão programadas pela subcomissão, de acordo com requerimento do senador Edison Lobão (PFL-MA), para ouvir os ex-dirigentes e liquidantes do Banco Nacional, do Bamerindus e do Banorte.

Educação analisa creche para filho de empregado

Márcia Kalume

A Comissão de Educação (CE) começa a examinar hoje, a partir das 11h, projeto (PLS 298/03) de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS) que assegura assistência gratuita em creches e pré-escolas aos filhos e dependentes dos trabalhadores urbanos e rurais, até aos seis anos de idade. O relator, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), é favorável ao projeto que, se aprovado, vai a exame da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Consta também da pauta da CE a apreciação do parecer de Demostenes Torres (PFL-GO) favorável a projeto (PLS 128/04) de Aloizio Mercadante (PT-SP) que estabelece em 16 anos, e não mais 18 anos, o fim da restrição de idade para se assistir a filmes, peças teatrais e outros espetáculos.

A CE, presidida pelo senador Osmar Dias (PDT-PR), deve examinar ainda parecer favorável de Gerson Camata (PMDB-ES) a projeto do Executivo (49/04) que incrementa maior interação entre as instituições científicas e tecnológicas e o setor produtivo, no sentido de promover a autonomia tecnológica voltada para o desenvolvimento industrial do país.



DISCIPLINA Daniel Herz (E) sugere que Conselho de Comunicação Social aprofunde debate para propor ao Congresso a regulamentação do serviço

Relator vê risco para o país com possível fusão da Sky e DirecTV

Parecer adverte que, se concretizada a operação, 95% do mercado pode ficar em mãos de estrangeiros

O Conselho de Comunicação Social (CCS), órgão auxiliar do Congresso Nacional, voltou a discutir ontem a possível fusão das empresas Sky e DirecTV, de televisão por assinatura via satélite. O relatório do representante dos jornalistas, Daniel Herz, considera que a operação representa risco ao país, porque pode permitir o controle por grupos estrangeiros de 95% do mercado. Herz sugere que o conselho continue debatendo o tema para propor ao Congresso

bases de “uma adequada regulamentação do serviço”.

O texto de Herz ainda não é definitivo, mas indica predisposição dos conselheiros contra a operação. Na reunião, foi ouvido o advogado Francisco de Araújo Lima, da Comissão Jurídica da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura (Abta) e consultor das Organizações Globo, diretamente interessada na efetivação da transação.

Dificuldades

Araújo Lima relatou as dificuldades do setor, pressionado por forte endividamento em dólar. Segundo ele, já foram investidos na área quase US\$ 2 bilhões, sem retorno.

– Ninguém ganhou dinheiro com TV por assinatura – disse.

A crise geral do setor de TV por assinatura – especialmente via satélite –, na avaliação do advogado, deve-se ao endividamento feito em dólar, em uma conjuntura de paridade cambial (1995-1998). Além disso, afirmou Araújo Lima, não foram cumpridas as expectativas dos empresários com relação ao crescimento do número de assinantes.

– O negócio deve ser feito para que os serviços sejam mantidos e, no futuro, com o crescimento da renda, haja lucro.

Os argumentos não convenceram Daniel Herz. Ele disse que o empresário brasileiro de TV se nega a aceitar regras para o setor. Um dos problemas apontados pelos conselheiros é a falta de regulamentação para

o serviço por assinatura via satélite, também conhecido por DHT (sigla em inglês para “direto para casa”). O Ministério das Comunicações e a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) aplicam a legislação de telecomunicações, o que permite o controle da atividade por empresários estrangeiros. Os conselheiros temem a desnacionalização do setor e riscos à soberania nacional, uma vez que o conteúdo da programação não seria controlado por brasileiros.

Diante disso, a tendência, conforme o presidente do Conselho de Comunicação Social, José Paulo Cavalcanti, é que o órgão faça gestões para que a Anatel adote a legislação que regula as TVs a cabo.



MÉRITO Relatório de Garibaldi Alves é favorável à proposta que beneficia os trabalhadores urbanos e rurais

Atores levam hoje documento a comissão

O presidente da Comissão de Educação (CE), senador Osmar Dias (PDT-PR), receberá hoje, às 10h, uma comissão de atores, formada, entre outros, por Tônia Carrero, Giulia Gam, Maria Padilha, Louise Cardoso, Antônio Pedro e Rosamaria Murtinho. Eles entregarão ao parlamentar um documento com propostas para alteração da Lei Rouanet.

Nova empresa pode deter 1,4 milhão de assinaturas

A empresa que resultar da possível fusão das operadoras Sky e DirecTV deterá cerca de 95% do setor, tendo como clientes 1,4 milhão de assinantes. Levando-se em consideração todo o mercado de TV por assinatura (incluindo a transmissão por outras tecnologias, como cabo e microondas) a fatia seria de 32%.

Conforme a imprensa, o grupo norte-americano News Corporation, do empresário Rupert Murdoch – sócio da Sky no Brasil –, está preparando a fusão

com a DirecTV, até então sua concorrente e que pertencia ao grupo Hughes Electronics, subsidiária da General Motors. A fusão no Brasil decorreria da compra, ocorrida no fim do ano passado, por US\$ 6,6 bilhões, da Hughes pelo grupo News Corporation.

O grupo News Corp. controla mais de 700 empresas de TV, mídia impressa e entretenimento. Em 2004, faturou US\$ 20,9 bilhões – sendo US\$ 1,665 bilhão oriundo do serviço de TV por assinatura via satélite.

Conselheiros retomam a discussão sobre a Ancinav

Os sete integrantes da comissão de regionalização e qualidade da programação dos meios de comunicação – que funciona no âmbito do Conselho de Comunicação Social (CCS) – reúnem-se hoje, a partir das 14h, para continuar os debates sobre o anteprojeto de lei que trata da organização das atividades cinematográficas e audiovisuais no país. A proposta, de autoria do Ministério da Cultura, cria o Conselho do Cinema e do Audiovisual e a Agência Nacional de Cinema

e do Audiovisual (Ancinav). A matéria, que ainda está sendo aperfeiçoada e não foi encaminhada oficialmente ao Congresso pelo Executivo, tem gerado audiências e debates nas duas Casas legislativas.

A comissão tem representantes das empresas de rádio, de televisão, da categoria profissional de artistas, radialistas e da sociedade civil. Ricardo Moretzsohn, que representa a sociedade civil, é o titular para a discussão sobre o projeto da Ancinav.

Para Osmar Dias, Beto Richa inicia novo ciclo político

O senador Osmar Dias (PDT-PR) classificou como emblemática a vitória de Beto Richa, eleito pelo PSDB com o apoio do PDT e outros partidos, para administrar Curitiba. Ele disse que o filho do ex-senador José Richa será um grande prefeito e simbolizará o início de um novo ciclo político no Paraná – um estilo de fazer campanha em que a prioridade é a discussão das propostas e não as agressões.

Osmar Dias afirmou que essa foi uma boa eleição para o PDT, que cresceu no Paraná e, em sua opinião, vai continuar crescendo e se destacará como uma forte legenda nas eleições de 2006. Ele frisou que seu partido tinha a possibilidade de lançar candidato próprio à prefeitura de Curitiba, mas constatou que era importante começar a projetar uma aliança para 2006.

– Eu não pedi a ele secretarias nem participação no governo. Disse apenas que o PDT apoiaria sua candidatura porque era o melhor candidato, estava preparado para ser prefeito, e porque é honesto e filho de uma pessoa respeitada em todo o país – destacou, referindo-se a José Richa, pai do prefeito eleito.

O senador lembrou que Beto Richa disputou as eleições con-



FORTALECIMENTO Osmar Dias ressalta que PDT cresceu no Paraná nas últimas eleições

tra o governo federal, que esteve em Curitiba com ministros, o presidente da República e integrantes do governo do estado, participando da campanha do candidato do PT.

Ele observou que o próprio governador Roberto Requião, depois de licenciado, participou da campanha petista. Comentou ainda que teve que pedir a Requião para que moderasse a linguagem e priorizasse a discussão dos problemas da cidade.

Osmar Dias afirmou que respeita Requião, de quem foi secretário no estado e companheiro no Senado. Ressaltou não lhe devotar ingratidão, como foi publicado num jornal. O que fez, segundo explicou, foi pedir que o governador tratasse Beto Richa com gratidão.

– Porque nós dois, tanto Requião quanto eu, devemos boa parte de nossa ascensão política a José Richa. E a única coisa que pedi a ele é que tivesse gratidão com José Richa.



DESEQUILÍBRIO Suassuna alerta para o perigo de um novo surto de migração para as cidades grandes

Suassuna pede solução para finanças de municípios

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) apelou ontem ao governo federal e ao Congresso Nacional para que encontrem uma solução para a precária situação financeira dos muni-

cípios, todos praticamente falidos, alguns com até 16 meses de salário do funcionalismo em atraso.

– Os brasileiros vivem nos municípios, que são as células-mater da União, da Federação. Se não houver uma solução, haverá um novo surto de migração das regiões mais pobres para cidades como Brasília, São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, o que irá aumentar a criminalidade e a crise social do país – disse.

Suassuna comemorou a vitória do PMDB e dos partidos aliados em 75% dos municípios paraibanos, inclusive na capital, onde fez o vice-prefeito, Manoel Júnior. Em Campina Grande, elegeram-se Veneziano Vital do Rego; em Bayeux, Jota Júnior; em Santa Rita, Marcos Odilon; em Patos, Nabor Vanderlei; em Sousa, Salomão Gadelha; em Pombal, Jairo Vieira; em Guarabira, Fátima Paulino; e, em Conde, Aloísio Regis.

José Jorge quer concluir reforma do Judiciário

■ Senador propõe acordo entre os líderes partidários para votar MPs e destrancar a pauta

O senador José Jorge (PFL-PE) propôs que os líderes partidários façam um acordo para que o Plenário do Senado termine nesta semana a votação em primeiro turno da reforma do Judiciário (PEC 29/00). Ele sugeriu que os líderes concordem em votar as três medidas provisórias que vêm trancando a pauta do Plenário, abrindo caminho para a deliberação sobre a proposta.

– Está tudo pronto para terminar a votação. O texto básico já foi aprovado e já há entendimento sobre as emendas de



Fotos: Roosevelt Finheiro

DESTAQUES Relator da matéria, José Jorge afirma que há entendimento sobre as emendas que irão a votação

destaque que irão para voto e as que serão descartadas – ponderou o senador, que é o relator da reforma. Na semana passada, o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), informou que iria tentar um acordo para a reforma.

O texto básico foi aprovado

pelo Plenário em julho. Depois do recesso de meio de ano, veio a campanha para as eleições municipais, quando o Congresso realizou períodos de esforço concentrado, mas não houve acordo de líderes para examinar os mais de 160 destaques apresentados à proposta. Após o primeiro turno, os partidos chegaram a acordo sobre quais os pontos em que não há consenso e, assim, terão de ser decididos no voto. Os pontos sobre os quais há acordo poderão ser votados de forma simbólica.

Depois dos destaques, ainda haverá votação de segundo turno, sempre com a exigência de 3/5 dos votos. Passada essa fase, os dispositivos que não forem modificados poderão ser promulgados. As partes alteradas retornam à Câmara.

Agripino diz que oposição não votará apressadamente

O senador José Agripino (PFL-RN) criticou o governo pelo número excessivo de medidas provisórias editadas, que estão impedindo os trabalhos no Congresso. Segundo ele, cerca de 30 MPs, que o Executivo pretende ver aprovadas “de forma apressada e sem discussão”, estão acumuladas e trancando as pautas da Câmara e do Senado.

Agripino rebateu supostas reclamações do Poder Executivo de que a oposição estaria dificultando as votações de MPs consideradas importantes para a administração pública e para o interesse do país. O

parlamentar afirmou que o PFL e o PSDB “não votarão MPs sem discussão aprofundada somente para atender aos interesses do governo”. Ele citou MPs que seu partido considera merecerem maior discussão, por serem antiéticas, conforme disse. Entre elas está a que eleva o presidente do Banco Central à condição de ministro de Estado. Tal prerrogativa é inédita, observou Agripino, e permite que o presidente da autarquia seja ouvido apenas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em caso de ser intimado para responder a denúncias contra ele.

O senador lembrou que a



CAUTELA Agripino critica o governo pelo número excessivo de medidas provisórias editadas

Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou requerimento para que o presidente do BC, Henrique Meirelles, explicasse denúncias veiculadas pela imprensa. Segundo Agripino, a MP em questão tornou a convocação ilegal, passando esse direito somente ao STF.

Lei mais rigorosa contra venda de órgãos

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) pediu que o Senado aprove logo projeto de sua autoria (PLS 251/04) para tornar crime a conduta de quem persuade alguém a vender ou comprar tecidos, órgãos ou partes do corpo humano.

Tourinho disse que “difícilmente o ser humano poderia ir mais longe, em termos de degenerescência moral oriunda da miséria”. Ele observou, no entanto, que, mais que a miséria, o que possibilita esse tipo de atividade delituosa é a falta de



PERSUASÃO Tourinho quer punição exemplar também para aqueles que prometem recompensa

legislação penal específica.

– Parece-me necessário tipificar a conduta de quem alicia,

induz, oferece ou promete vantagem ou recompensa para que alguém se submeta à retirada de um órgão de seu corpo – afirmou.

De acordo com a lei em vigor, para que haja punição para a persuasão é necessário que seja bem sucedida e que dela resulte alguém vender um órgão seu. O parlamentar sustenta que é preciso coibir essa conduta criminosa antes de sua consumação. Ele quer que a simples tentativa de persuasão seja tipificada como crime.



EVOLUÇÃO Papaléo condena racismo e diz que diferença na cor da pele se deve à adaptação ao ambiente

Papaléo: ciência mostra que pertencemos a uma única raça

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) condenou o racismo afirmando que as diferenças físicas entre os grupos humanos não estão relacionadas à variação genética e por isso não correspondem ao conceito biológico de raça. Ele informou que diferenças formais entre etnias são determinadas pela adaptação ao meio ambiente no qual cada uma se desenvolveu.

Segundo o parlamentar, durante o processo de evolução, nossos ancestrais tiveram de se adaptar às condições ambientais.

– A mudança na coloração da pele ocorreu porque, nos ambientes próximos à linha do Equador, a pele negra era uma adaptação necessária para manter o nível de folato (vitamina do complexo B) no corpo, garantindo, assim, a descendência sadia. Afinal, a deficiência de ácido fólico em mulheres grávidas pode causar graves defeitos no feto, e o folato é indispensável em atividades que envolvem a proliferação rápida de células, como a produção de espermatozoides.

Papaléo explica que, nas regiões menos ensolaradas, a pele negra começou a bloquear demasiadamente os raios ultravioleta, sabidamente nocivos, mas essenciais para a formação da vitamina D, importante para manter o sistema imunológico e desenvolver os ossos.

– As populações que migraram para regiões menos ensolaradas desenvolveram uma pele mais clara, para aumentar a absorção de raios ultravioleta.

O senador ressalta que o avanço da ciência evidenciou "a inexistência das raças, ou, melhor dizendo, comprovou que pertencemos todos a uma única raça, a raça humana".

Viana comemora rodovia que integra Brasil e Peru

■ Senador elogia acordo assinado pelos presidentes dos dois países, que dá ao Brasil acesso ao Pacífico

Um dos resultados da 18ª Cúpula do Grupo do Rio foi comemorado ontem pelo senador Tião Viana (PT-AC). Em reunião entre os presidentes do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e do Peru, Alejandro Toledo, foi assinado acordo para iniciar a construção da rodovia interoceânica, que integrará os dois países a partir de Assis Brasil, no Acre, até o Departamento de Madre de Dios, no Peru. A rodovia abre, para o Brasil, o acesso ao Oceano Pacífico, pelos portos de Ilo, Matarani e



RELEVÂNCIA Segundo Tião Viana, rodovia se equipara, em importância, ao caminho para as Índias

Marcona.

Conforme o senador, a obra tem um custo previsto de US\$ 700 milhões. O governo brasileiro, por meio do Programa de Financiamento a Exportações (Proex), financiará exportações

brasileiras de bens e serviços até um montante de US\$ 417 milhões. A Corporação Andina de Fomento e o governo peruano aportarão o financiamento complementar, segundo explicou. Os dois governos também iniciaram entendimentos para um acordo em torno do plano de desenvolvimento e integração na região de influência desse eixo de integração.

– Nós, dos estados amazônicos, estamos felizes em ver que o desenvolvimento daquela região é uma prioridade política do governo Lula e reconhecemos o esforço. Essa rodovia tem a mesma dimensão, no terceiro milênio, que o caminho para as Índias. Com isso, o presidente Lula demonstra o seu comprometimento com o futuro do continente – concluiu.



MEDIAÇÃO Sibá argumenta que legislação deve ser adequada às novas relações de trabalho

Justiça deve estar mais perto do trabalhador, defende Sibá

O senador Sibá Machado (PT-AC) defendeu ontem a Justiça do Trabalho, como sendo o ramo competente para resolver divergências surgidas das novas relações de trabalho criadas pela crise financeira mundial. Para Sibá, as formas de trabalho que estão surgindo são adaptações às necessidades da sociedade e trazem uma nova mentalidade sobre esse mercado. Ele afirmou que é preciso diminuir a distância entre quem busca a defesa dos seus direitos e o Poder Judiciário.

– Sabe-se que o surgimento de novos empregos não dependerá de legislação trabalhista ou qualquer outra. Obviamente, não se criam empregos por leis ou por decretos. Todavia, em busca de soluções que poderão amenizar os efeitos da presente crise, por meio de medidas próprias, a legislação trabalhista deve apresentar sua parcela de contribuição – acrescentou.

Custo social

O senador assinalou o elevado custo social pago pelos crescentes níveis de desemprego e dificuldades de trabalho em todo o mundo. Para ele, diferentemente do desemprego cíclico, o atual desemprego estrutural é uma forma de ociosidade forçada, provocada por entraves criados pela regulamentação excessiva e pelo custo Brasil.

– A Justiça do Trabalho insere-se no centro desse debate – salientou.

Sibá disse que a reforma do Judiciário, já decidida em dois turnos pela Câmara dos e tramitando no Senado, contém dispositivos que impõem à Justiça do Trabalho um papel mais amplo, abrangendo todo o universo trabalhista, incluindo as atividades autônomas.

Bornhausen: governo impõe mudanças às universidades

Os rumos da educação no governo Lula são motivo de preocupação para o senador Jorge Bornhausen (PFL-SC). Ex-ministro da Educação no governo José Sarney, ele afirmou ontem que a principal diferença entre as duas gestões está no fato de a atual, sob o comando do ministro Tarso Genro, desprezar projetos já iniciados e impor ações próprias.

Essa característica pode ser observada, segundo o senador, na condução da reforma

universitária. Bornhausen reclamou que a definição das mudanças na educação de 3º grau “está nas mãos de um pequeno número de funcionários públicos”.

Para Bornhausen, o país precisa vencer quatro desafios na área educacional: crescimento, qualidade, financiamento e diversificação da oferta. Ele considera que a meta de ingresso de jovens na universidade, estabelecida pelo governo, dependerá do esforço da iniciativa privada.



PARTICULAR Para Bornhausen, aumento de ingresso em faculdades depende do setor privado

No tocante ao financiamento, o senador disse duvidar que o Programa Universidade para Todos (ProUni) garanta recursos necessários ao acesso de alunos pobres.

ProUni é arbitrário, afirma José Jorge

O senador José Jorge (PFL-PE) criticou ontem a condução da política educacional brasileira, a propósito de encontro internacional de educadores que se realiza no Brasil. Entre outras coisas, o parlamentar disse que a educação não melhorará sem que se dê atenção prioritária e se apliquem as políticas adequadas em relação ao ensino fundamental.

De acordo com o senador, o governo Lula, em vez de seguir o caminho adequado, preferiu buscar resultados no ensino superior, por meio

de um programa classificado de “polêmico e confuso”: o Programa Universidade para Todos (ProUni).

Conforme José Jorge, além de ter instituído o programa por meio de medida provisória, desrespeitando o Legislativo, que examinava projeto de lei sobre a matéria, o governo conseguiu desagradar os setores envolvidos no assunto.

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), por exemplo, questiona a falta de investimen-

to na estrutura pública das universidades federais. Já as instituições privadas temem o desequilíbrio financeiro e a vinculação do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) com o ProUni, alegando que não há livre adesão a esse último, mas uma vinculação forçada.

– A arbitrariedade é a marca desse programa – afirmou.

Entre as falhas do ProUni, José Jorge citou também a possibilidade de o programa diminuir o número de bolsas parciais.



ACUSAÇÃO Para Serys, partido foi vítima de "campanha sórdida" do PSDB na eleição em Cuiabá

PT deve evitar aliança que provoque rejeição popular, diz Serys

A senadora Serys Silhessarenko (PT-MT) disse que o Partido dos Trabalhadores "precisa se organizar mais e, junto dos partidos que apóiam o governo Lula, buscar políticas que melhorem a qualidade de vida do povo brasileiro e não permitam o retorno de forças atrasadas ao governo do país". A senadora lamentou o baixo nível imposto, segundo ela, pelo PSDB na eleição

para a prefeitura de Cuiabá.

Para Serys, o PT foi vítima de "uma campanha sórdida", à qual não soube responder à altura. Ela acusou o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) de comandar os ataques, "de maneira vil, à campanha do PT", e afirmou que o candidato petista, Alexandre César, embora "um camarada exemplar" (procurador do estado, professor universitário,

liderança de docentes e de servidores públicos), teve suas respostas sobre união civil de pessoas do mesmo sexo editadas e distribuídas para todas as igrejas evangélicas da cidade, como sendo uma ameaça à integridade das famílias.

– Basta este episódio para que todos percebam o nível da campanha – lembrou ela, que também acusou o PSDB no estado de manter "víncu-

los com o crime organizado".

Serys disse que o PT precisa aprender a rejeitar alianças que acabam gerando rejeição popular. Lamentou o apoio do governador Blairo Maggi a Alexandre César, enquanto sua esposa, a secretária de estado Teresinha Maggi, pedia abertamente votos para o PSDB, "desafiando inclusive a legislação eleitoral".

Simon: PMDB deve manter apoio ao governo

Partido precisa garantir a governabilidade, mas sem ocupar cargos no Executivo, defende o senador gaúcho



REFLEXÃO De acordo com Simon, seu partido tem sido excluído da definição das diretrizes do governo

No momento em que o PMDB se prepara para discutir sua permanência no governo Luiz Inácio Lula da Silva, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) defende a manutenção do apoio do partido à governabilidade, mas sem ocupar cargos na gestão petista. Membros da Executiva Nacional do PMDB reúnem-se amanhã para debater a questão com sua bancada

no Congresso.

– O grande papel do PMDB é o de ser a consciência crítica da nação – declarou.

Ao mesmo tempo em que elogiou a atuação dos peemedebistas Amir Lando e Eunício Oliveira, atuais ministros da Previdência Social e das Comunicações, respectivamente, Simon atestou que seu partido tem sido excluído na definição das diretrizes do governo.

– Se é para ter ministros sem representatividade e que não têm nada a ver com as decisões do governo, participar é apenas para ter cargos – concluiu.

Mas o desprestígio experimentado pelo PMDB não deveria, na opinião de Simon, levá-lo a migrar para a oposição.

– Se o partido entrar na oposição, cria uma maioria tão

grande que pode impor a ingovernabilidade – alertou.

Reflexão

O parlamentar considerou ainda a necessidade de seu partido refletir com profundidade a respeito da linha programática, já que sua ação, na história política mais recente, teria resultado na perda de credibilidade da sociedade.

Simon também não poupou críticas à postura do PT no governo federal e nas eleições municipais deste ano. Em vez de buscar o apoio dos parlamentares em troca de cargos e favores, o senador peemedebista diz que a base governista deveria fazer acordo com as lideranças par-

tidárias para votar apenas boas propostas para o país. Quanto ao papel do partido na última campanha eleitoral, sustentou que não deixou nada a dever à antiga Arena (Aliança Renovadora Nacional).

– O PT precisa ter cuidado, pois o maior patrimônio que tem é o ético – assinalou.

Ainda em seu pronunciamento, o parlamentar elogiou a eleição do ex-senador José Fogaça para prefeito de Porto Alegre, e foi apoiado pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). Simon elogiou ainda a indicação do vice-presidente da República, José Alencar, para ministro da Defesa.

Aelton aplaude a indicação de José Alencar para o Ministério da Defesa

O senador Aelton Freitas (PL-MG) aplaudiu a posse, realizada ontem, do vice-presidente da República, José Alencar – "um valioso quadro do PL" –, no cargo de ministro da Defesa. O senador considerou a decisão do presidente Lula como "um justo reconhecimento da importância do vice-presidente", afirmando que Alencar saberá conduzir as Forças Armadas com serenidade e dinamismo.

O parlamentar manifestou também sua preocupação di-

ante das ameaças de novas invasões de terra no país, feitas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) como pressão para agilizar a reforma agrária.

Aelton pediu que o Ministério da Justiça e as polícias estaduais se mantenham atentas ao desdobramento dos conflitos no campo. Diante de invasões em série, os ânimos se acirram e só uma firme presença do poder público pode garantir a ordem, afirmou o senador.

Ele lembrou que algumas lideranças do MST já batizaram as próximas invasões de "novembro vermelho", em alusão ao "abril vermelho" do primeiro semestre, quando 109 fazendas foram ocupadas.

O norte de Minas e o Triângulo Mineiro inspiram cuidados por serem focos de tensão, alertou. Segundo Aelton, o jornal *O Tempo* informou que 470 famílias devem se mobilizar para fazer oito ocupações na região.

O parlamentar destacou ain-



CONFLITO Aelton Freitas também alertou para ameaças de novas invasões de terra feitas pelo MST

da a importância da audiência a ser realizada hoje, na Subcomissão da Liquidação de Instituições Financeiras, que preside, para debater a liquidação do Banco Econômico.

Lúcia Vânia elogia programas sociais do governo FHC

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) fez um inventário dos programas sociais criados no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que, segundo ela, representaram o início do resgate da cidadania da população mais carente. Lúcia Vânia, na época secretária Nacional de Assistência Social, disse que 1996 foi um marco na história recente da assistência social.

A senadora destacou ainda inovações nos programas, como associar benefícios "a condicionais dos beneficiários, tirando-lhes o caráter meramente assistencialista".

Lúcia Vânia também elogiou a publicação do *Especial Cidadania*, pelo *Jornal do Senado*, que na edição de 1º de novembro foi dedicada aos programas sociais federais em execução.



Lúcia Vânia: 1996 foi um marco para a assistência social

Crivella saúda a designação do vice-presidente



APOIO "Povo brasileiro ganha com a indicação", afirma Crivella, que desejou sucesso a José Alencar

Em caráter pessoal e como vice-presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), o senador Marcelo Crivella (PL-RJ) saudou também a posse do vice-presidente da República, José Alencar, no Ministério da Defesa. "O povo brasileiro ganha com essa indicação", afirmou ele. Na opinião de Crivella, a retomada do crescimento nacional passa por investimentos

no Exército. Em nome da Casa, o senador desejou sucesso ao novo ministro.

Críticas

Crivella alertou ainda o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para a política econômica. Ao criticar o superávit fiscal gerado pelo governo, o senador lembrou que é preciso dar ênfase à criação de empregos e à política de resgate social, e não à equivocada política de

exportações do país, que não exporta seu excedente e provoca carências em várias áreas.

Crivella disse esperar que as eleições possam acordar o governo para uma política de retomada do crescimento e comentou que, no Rio de Janeiro, o PT ficou nas últimas posições. Ele afirmou estranhar esse resultado porque o presidente Lula foi eleito com o apoio de 82% dos eleitores cariocas.

Azeredo aplaude preservação do patrimônio

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) registrou, com satisfação, publicação de matéria no jornal *O Estado de S. Paulo*,

no último dia 26, sob o título "Preservar dá mais verbas em Minas". Assinada pelo jornalista Eduardo Kattah, da sucursal de Belo Horizonte, a notícia informa que cidades que investem no

patrimônio conseguem maior parcela do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).

Azeredo relatou que, em seu governo, foi elaborada a chamada Lei Robin Hood, voltada para a preservação do patrimônio histórico e cultural.

Valmir Amaral exalta ação do Sesc pela natureza

Valmir Amaral (PMDB-DF) parabenizou o Serviço Social do Comércio (Sesc) pela implantação da Estância Ecológica Sesc Pantanal, em Mato Grosso, e pela edição da revista *Sesc Pantanal*, contendo balanço das atividades da reserva.

– Ao iniciar sua atuação na área ambiental, o Sesc demonstra estar

sintonizado com a crescente preocupação da sociedade com a qualidade de vida em sua mais ampla acepção – destacou.

Apesar do curto período de existência da reserva, ressaltou o parlamentar, os esforços conservacionistas já apresentam resultados animadores. A arara azul, por exemplo, espécie ameaçada de extinção no Pantanal, tem sua população em franco crescimento na estância. No início da reserva elas eram cerca de 15 e hoje são 210.

Roosevelt Pinheiro



Eduardo Azeredo lembra importância de incentivos fiscais



Roosevelt Pinheiro

REPERCUSSÃO No estande do Senado, Paulo Paim (*de costas*) atendeu a mais de mil visitantes interessados em adquirir a publicação de sua autoria

Paim lança obra sobre direitos sociais

■ Ele afirmou que visitantes do evento disseram esperar que PEC Paralela seja votada ainda este ano

O senador Paulo Paim (PT-RS) relatou ontem o sucesso da sessão de autógrafos que promoveu na 50ª Feira do Livro de Porto Alegre, quando lançou a sua obra *Cumplicidade*. Paim

disse que esperava autografar entre 100 e 150 exemplares, mas logo formou-se uma fila de mais de mil pessoas.

A fila, destacou, era composta por muitos idosos e deficientes, que tiveram tratamento especial. Ao todo foram vendidos 1.550 exemplares.

– O que é o livro? *Cumplicidade com o povo, com a luta pelo salário, com a PEC Paralela, cumplicidade com o emprego, com a renda, com o salário.*

O senador informou que as pessoas com quem conversou manifestaram a expectativa de que a PEC Paralela – proposta que altera a reforma da Previdência – seja votada na Câmara ainda este ano. E ressaltou que o governo concorda com o texto.

– A palavra empenhada tem de ser cumprida – cobrou, elogiando Tião Viana (PT-AC), relator da proposta.

Paim leu trechos do prefácio do livro, escrito pelo presidente

do Senado, José Sarney. Segundo ele, Sarney “conseguiu fazer uma ligação de tudo o que escreveu e do que penso”. Destacou, entre outros, o trecho que diz que “Paim teima em não se conformar com a injustiça social e quer um novo mundo”. O senador gaúcho pediu que o Estatuto da Igualdade Social, de sua autoria, seja sancionado até a Marcha Zumbi + 10, que pretende reunir 150 mil pessoas em Brasília no ano que vem.

Serys destaca a atuação feminina

No início da noite de sexta-feira, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) autografou, na 50ª Feira do Livro de Porto Alegre, a publicação *Brasileiras célebres*, de Joaquim Norberto de Souza Silva. Autora do prefácio da reedição, ela destacou que a obra é uma colaboração significativa para que as mulheres de hoje possam conhecer a história de outras mulheres que contribuíram para a igualdade entre os sexos.

– Nós mulheres somos herdeiras de lutas e de sonhos de muitas outras mulheres que, através dos tempos, vêm ladrilhando, vêm construindo os caminhos da



RELEVÂNCIA Serys prefaciou o título sobre o papel da mulher na vida nacional

igualdade entre homens e mulheres.

Como presidente da Comissão Temporária Ano Nacional da Mulher/2004, do Senado, Serys informou que o Parlatino (Parlamento Latino-Americano) aprovou recentemente proposta defendida por ela para que em 2005 seja comemorado o Ano Internacional da Mulher da América Latina.

Roosevelt Pinheiro

Zambiasi autografa livros raros lançados pelo Senado Federal

Os senadores Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e Paulo Paim (PT-RS) lançaram na noite da última sexta-feira, na 50ª Feira do Livro de Porto Alegre, os dois mais recentes títulos do Conselho Editorial do Senado: *Diário da minha viagem para Filadélfia (1798-1799)*, de Hipólito da Costa Pereira, e *Os Muckers*, do padre Ambrósio Schupp. Mais de 50 pessoas compareceram ao estande do Senado para prestigiar o evento.

Após autografar exemplares das duas obras, Zambiasi comentou a importância que elas têm para o país e, em particular, para o Rio Grande do Sul. O senador destacou que o relato de Hipólito da Costa é um olhar ao passado que serve para melhor compreender o Brasil, os Estados Unidos e o próprio continente europeu daquele tempo. Os *Muckers*,



RELATO Sérgio Zambiasi (*direita, ao lado de Paim*) autografa obra de Hipólito da Costa sobre os EUA

registrou, foi um fato histórico ocorrido na região do Vale dos Sinos.

Paulo Paim elogiou a disposição do Senado de demonstrar que política também se faz com cultura e conhecimento. E afirmou que a participação da Casa revela o quanto o Parlamento está preocupado em fomentar a importância da leitura.

Roosevelt Pinheiro

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Paulo Paim, Luiz Otávio, Ney Suassuna e Papaléo Paes e pela senadora Serys Slhessarenko

Moreira Mariz



Valmir Amaral elogia trabalho da entidade dos comerciários